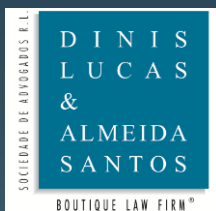


# Novidades legislativas

Dinis Lucas e Almeida Santos, Boutique Law Firm ®  
De 5 a 9 de Janeiro



*Boutique Law Firm*

geral@dlas.pt

[www.dlas.com.pt](http://www.dlas.com.pt)

217 816 010

Av. Republica n.º 50

7-A

1050-196

Lisboa

## DESTAQUES

DE 5 A 9 DE JANEIRO DE 2015

### DEFESA NACIONAL

[DECLARAÇÃO DE RETIFICAÇÃO N.º 1/2015 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 2/2015, SÉRIE I DE 2015-01-05](#)

#### **Presidência do Conselho de Ministros - Secretaria-Geral**

Retifica a Portaria n.º 245/2014, de 25 de Novembro, do Ministério da Defesa Nacional que cria condições especiais de admissão ao regime de contrato especial para prestação de serviço militar, publicada no Diário da República, 1.ª série, n.º 228, de 25 de Novembro de 2014

### SEGUROS

[DECRETO-LEI N.º 1/2015 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 3/2015, SÉRIE I DE 2015-01-06](#)

#### **Ministério das Finanças**

Altera a designação do Instituto de Seguros de Portugal para Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões e aprova os estatutos desta entidade, em conformidade com o regime estabelecido na lei- quadro das entidades reguladoras, aprovada em anexo à Lei n.º 67/2013, de 28 de

## ECONOMIA E FINANÇAS

[PORTARIA N.º 2/2015 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 3/2015, SÉRIE I DE 2015-01-06](#)

### **Ministério das Finanças**

Define as características e estrutura do ficheiro através do qual deve ser efetuada à Autoridade Tributária e Aduaneira a comunicação dos inventários

[PORTARIA N.º 4/2015 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 3/2015, SÉRIE I DE 2015-01-06](#)

### **Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social**

Estabelece a percentagem para o ano de 2015 do Fundo de Reestruturação do Setor Solidário (FRSS)

[DECRETO-LEI N.º 6/2015 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 5/2015, SÉRIE I DE 2015-01-08](#)

### **Ministério da Economia**

Estabelece as condições e as regras a observar na criação de sistemas de incentivos aplicáveis às empresas no território do continente

[RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE MINISTROS N.º 2/2015 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 6/2015, SÉRIE I DE 2015-01-09](#)

### **Presidência do Conselho de Ministros**

Aprova as minutas de aditamento ao contrato de investimento e ao contrato de concessão de benefícios fiscais, a celebrar entre o Estado Português e a Inverama, S.A., e a Polipropigal - Fabricação de Polipropileno, Unipessoal, Lda.

## PROTEÇÃO AO CONSUMIDOR

[DECRETO-LEI N.º 2/2015 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 3/2015, SÉRIE I DE 2015-01-06](#)

### **Ministério da Economia**

Procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 195/99, de 8 de junho, prorrogando o prazo para a apresentação dos pedidos de restituição aos consumidores do valor das cauções de determinados serviços públicos essenciais e criando para os prestadores destes serviços obrigações adicionais de informação aos consumidores a quem aquelas cauções não foram ainda restituídas

## AGRICULTURA E PESCAS

[PORTARIA N.º 3/2015 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 3/2015, SÉRIE I DE 2015-01-06](#)

### **Ministério da Agricultura e do Mar**

Autoriza a importação temporária de tubérculos de *Solanum tuberosum* L. exceto os destinados à plantação, designados por batata, originários das regiões de Akkar e Bekaa, no Líbano

## EDUCAÇÃO

[DECRETO-LEI N.º 3/2015 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 3/2015, SÉRIE I DE 2015-01-06](#)

### **Ministério da Educação e Ciência**

Estabelece os critérios a adotar para verificar a satisfação do requisito da titularidade do título de especialista a que se refere o artigo 49.º da Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro, que aprova o regime jurídico das instituições de ensino superior.

[PORTARIA N.º 5/2015 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 4/2015, SÉRIE I DE 2015-01-07](#)

#### **Presidência do Conselho de Ministros e Ministério das Finanças**

Aprova o Regulamento do Curso de Formação Específico para Integração de Trabalhadores na Carreira Especial de Inspeção, aplicável à Inspeção-Geral de Atividades Culturais

## ACÓRDÃOS

[ACÓRDÃO DO SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA N.º 16/2014 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 3/2015, SÉRIE I DE 2015-01-06](#)

#### **Supremo Tribunal de Justiça**

«É admissível recurso do Ministério Público de decisão que indefere, revoga ou declara extinta medida de coação por ele requerida ou proposta»

[ACÓRDÃO N.º 752/2014 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 5/2015, SÉRIE II DE 2015-01-08](#)

#### **Tribunal Constitucional**

Não julga inconstitucional a dimensão normativa que resulta do n.º 2 do artigo 196.º do Código de Execução das Penas e Medidas Privativas da Liberdade, aprovado pela Lei n.º 115/2009, de 12 de outubro, segundo a qual o recluso não tem legitimidade para recorrer da decisão judicial que nega a concessão da licença de saída jurisdicional

## FORMAÇÃO PROFISSIONAL

[Portaria n.º 257/2014 - Diário da República n.º 239/2014, Série I de 2014-12-11](#)

#### **Ministérios das Finanças e da Solidariedade, Emprego e Segurança Social**

Fixa o pagamento de taxas para a certificação de entidades formadoras para cursos de formação de técnico superior e técnico de segurança no trabalho e revoga a Portaria n.º 137/2001, de 1 de Março.

## PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO

[DECRETO-LEI N.º 4/2015 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 4/2015, SÉRIE I DE 2015-01-07](#)

#### **Ministério da Justiça**

No uso da autorização legislativa concedida pela Lei n.º 42/2014, de 11 de julho, aprova o novo Código do Procedimento Administrativo

## CÓDIGO PENAL

[LEI ORGÂNICA N.º 1/2015 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 5/2015, SÉRIE I DE 2015-01-08](#)

#### **Assembleia da República**

Primeira alteração ao Regime do Segredo de Estado, aprovado pela Lei Orgânica n.º 2/2014, de 6 de agosto, e trigésima quinta alteração ao Código Penal

## SAÚDE

[LEI N.º 1/2015 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 5/2015, SÉRIE I DE 2015-01-08](#)

#### **Assembleia da República**

Procede à primeira alteração à Lei n.º 12/2009, de 26 de março, que estabelece o regime jurídico da qualidade e segurança relativa à dádiva, colheita, análise, processamento, preservação, armazenamento, distribuição e aplicação de tecidos e células de origem humana, transpondo a Diretiva n.º 2012/39/UE, da Comissão, de 26 de novembro de 2012, que altera a Diretiva n.º 2006/17/CE no que se refere a certos requisitos técnicos para a análise de tecidos e células de origem humana

## INCLUSÃO SOCIAL

[RESOLUÇÃO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA N.º 2/2015 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 5/2015, SÉRIE I DE 2015-01-08](#)

### **Assembleia da República**

Acesso dos jovens aos seus direitos como meio de promoção da autonomia e inclusão social

## COMISSÃO DE MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS

[DECRETO-LEI N.º 5/2015 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 5/2015, SÉRIE I DE 2015-01-08](#)

### **Ministério das Finanças**

Procede à aprovação dos estatutos da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, ao regime estabelecido na lei-quadro das entidades reguladoras, aprovada em anexo à Lei n.º 67/2013, de 28 de agosto

## REGIÕES AUTÓNOMAS

[DECRETO LEGISLATIVO REGIONAL N.º 1/2015/A - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 4/2015, SÉRIE I DE 2015-01-07](#)

### **Região Autónoma dos Açores - Assembleia Legislativa**

Aprova o Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2015

[DECRETO LEGISLATIVO REGIONAL N.º 2/2015/A - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 4/2015, SÉRIE I DE 2015-01-07](#)

### **Região Autónoma dos Açores - Assembleia Legislativa**

Aprova o Plano Anual Regional para 2015

[RESOLUÇÃO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES N.º 1/2015/A - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 4/2015, SÉRIE I DE 2015-01-07](#)

### **Região Autónoma dos Açores - Assembleia Legislativa**

Resolve recomendar ao Governo Regional que tome medidas sobre a mitigação e adaptação às alterações climáticas globais

[DECRETO LEGISLATIVO REGIONAL N.º 1-A/2015/M - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 6/2015, 1º SUPLEMENTO, SÉRIE I DE 2015-01-09](#)

### **Região Autónoma da Madeira - Assembleia Legislativa**

Estabelece as disposições gerais aplicáveis à vitivinicultura na Região Autónoma da Madeira

## CADASTRO PREDIAL

[LEI N.º 3/2015 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 6/2015, SÉRIE I DE 2015-01-09](#)

### **Assembleia da República**

Regula o regime de acesso e exercício da atividade profissional de cadastro predial, em conformidade com a disciplina da Lei n.º 9/2009, de 4 de março, e do Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de julho, que transpuseram as Diretivas n.os 2005/36/CE, relativa ao reconhecimento das qualificações profissionais, e 2006/123/CE, relativa aos serviços no mercado interno